



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640143 - SP (2021/0013297-7)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : FLAVIO RODRIGUES DA SILVA BATISTELLA
ADVOGADO : FLÁVIO RODRIGUES DA SILVA BATISTELLA - SP179070
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : REGIS SOARES DE CARVALHO (PRESO)
CORRÉU : EDSON RHYAN SANTOS ROCHA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de REGIS SOARES DE CARVALHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2269369-68.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante e denunciado como incurso no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, inciso VI, ambos da Lei n. 11.343/06 e c/c o art. 29 do Código Penal, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que a prisão preventiva careceria de fundamentação idônea, não estando presentes os requisitos necessários para a sua decretação, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que o paciente é primário, portador de bons antecedentes, possui endereço fixo e ocupação lícita, circunstâncias que o autorizariam a responder solto a presente ação penal, denotando, ainda, a desproporcionalidade da sua manutenção no cárcere.

Afirma que na hipótese seria possível a substituição da medida extrema por providências cautelares alternativas, preferencialmente aquela consistente no comparecimento periódico em juízo.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

O aresto impugnado, ratificando a decisão de primeiro grau, deixou assente a necessidade da prisão preventiva, destacando o seguinte (e-STJ fl. 93):

A prisão é mesmo necessária e foi bem decretada.

Com efeito, em poder dos agentes foi apreendida considerável quantidade de dois tipos de drogas, sendo 45,13 gramas de maconha e 13,16 gramas de cocaína.

Há indícios preliminares de forte envolvimento dos agentes nessa atividade delituosa, aspecto que mais

se acentua se observada a aparente reincidência específica do paciente.

Nesse cenário, RÉGIS, em liberdade, se mostra pessoa perigosa à paz pública, pois, assim como o fez quando deixou o cárcere, irá retomar o exercício do comércio nefasto.

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência